



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

BOLETIM INFORMATIVO

INFORMAÇÃO AO SERVIÇO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

JULHO DE 2025 - EDIÇÃO 119 - WWW.MF.GOV.MZ



EM FOCO

MINISTRA DAS FINANÇAS NA ASSEMBLÉIA GERAL ANUAL DO TDB EM KIGALI, RUANDA

PÁG. 3



DESTAQUE

**SALIM VALÁ CONSIDERA O MPD COMO
UMA ESPÉCIE DE “TANQUE DE PENSAMENTO
ESTRATÉGICO SOBRE PLANIFICAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO”**

PÁG. 4



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTERIO DAS FINANÇAS

CARTA DE SERVIÇOS

Natureza

Órgão Central do Aparelho do Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidos pelo Governo, orienta a formulação de políticas de desenvolvimento económico e social, coordena o processo de planificação e superintende a gestão das finanças públicas.

Missão

Conceber, formular, executar e avaliar as políticas de desenvolvimento económico e social sustentável e inclusivo, assegurando a mobilização e alocação criteriosa, bem como o controlo da utilização eficiente, eficaz e transparente dos recursos públicos.

Visão

Impulsionar o desenvolvimento sócio-económico do País através da prestação de serviços de excelência na gestão de políticas económicas e sociais integradas e de prestação de contas, em prol do progresso e bem-estar do povo moçambicano.

Valores

Meritocracia, Eficiência e Focalização.

Serviços Essenciais

- Elaborar a proposta do Programa Quinquenal do Governo, do Cenário Fiscal de Médio Prazo, do Plano Económico e Social do Orçamento do Estado e a Conta Geral do Estado;
- Orientar a fixação da previsão plurianual das receitas e do financiamento do Orçamento do Estado e comunicar os limites da despesa anual dos Órgãos e instituições do Estado;
- Implementar políticas Tributárias, Aduaneiras, Orçamental, de Seguro se de Previdência Social dos Funcionários Agentes do Estado e dos Combatentes;
- Elaborar Normas e Instruções sobre a Execução do Orçamento do Estado;
- Elaborar Relatórios do Balanço do Plano Económico e Social e de Execução do Orçamento do Estado;
- Celebrar, em representação do Estado, acordos de contratação de Dívida Pública Interna e Externa e zelar pela sua implementação;
- Coordenar a avaliação da execução das políticas macro-económicas e sectoriais.



Ministra das Finanças na Assembléia Geral Anual do TDB em Kigali, Ruanda



A Ministra das Finanças, Carla Loveira, participou entre os dias 31 de Julho e 01 de Agosto, em Kigali, Ruanda, na Assembléia Geral Anual do Conselho dos Governadores do Grupo Banco de Desenvolvimento e Comércio da África Oriental e Austral (TDB), na qualidade de Presidente do Conselho de Governadores do Grupo TDB.

Moçambique é membro do TDB desde 2014, sendo subscritor de acções de classe A (sobernas) e de classe B (corporativas), através do Banco Nacional de Investimento (BNI), com enfoque no financiamento de operações do Sector Privado e do Sector Empresarial do Estado, para operações de exportação e importação. O TDB está

presente em diversos investimentos nas áreas de transportes, infraestruturas, energia, agronegócio e gás natural.

Destaque para o Projecto de exploração e desenvolvimento do Gás Natural Liquefeito na Bacia de Rovuma (USD 108,5 milhões); Subvenção de 100.000 dólares para um projeto de irrigação por bombagem de água movido a energia solar em Salane (Mapai, província de Gaza); Reabilitação e aumento da capacidade do Papeline Beira-Feruca (Zimbabwe) da Companhia Papeline Mozambique Zimbabwe; Linha de Exportação de energia para Zimbabwe; Pomoção, transformação e exportação de cereais e grãos, com maior

destaque para a castanha de caju, milho e gergelim, contribuindo para a geração de divisas para o nosso país, por um lado, e para o aumento da produção agrícola dos pequenos produtores, entre outros.

À margem da Assembleia Geral do Conselho de Governadores do Grupo Banco, Loveira manteve um encontro de cortesia com o novo Presidente do Banco Árabe Para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA), Abdullah Almu-saibeeh.

O encontro serviu para passar em revista o ponto de situação dos diferentes projectos em curso em Moçambique e traçar caminhos para acelerar a sua conclusão.



O Destaque vai para o Projecto de Construção e Equipamento do Hospital Geral de Nampula, com um Acordo de Financiamento no valor de USD 9 Milhões do BADEA, assinado em 2012. *As obras do Projecto se encontram executadas a 90% e prevê-se o seu término em Setembro do ano corrente, garantiu a ministra durante a reunião.*

Em carteira, o BADEA mantém com Moçambique o Projecto de Construção e Apetrechamento dos Hospitais Distritais de Mecanhelas e Ngauma, em Niassa no qual o Acordo de Crédito foi assinado a 29 de Abril de 2024, no valor de USD 20.000.000,00 e o Projecto de Construção de Duas Escolas Secundárias em Tete e Nampula com um valor proposto de \$20.000.000,00 mais \$1.700.000,00 da contribuição do Estado.

Refira-se que o BADEA é uma instituição financeira multilateral internacional criada pelos Estados Àrabes a 18 de Fevereiro de 1974, para apoiar programas e projectos de desenvolvimento nos Países Africanos e Árabes. A República de Moçambique mantém relações de cooperação com o BADEA desde 18 de Novembro de 1975.

O País beneficiou de mais de USD 260 milhões, através de créditos e donativos para o financiamento de

projectos nos sectores de infra-estruturas, agricultura e desenvolvimento rural, energia, indústria, financeiro, para além de programas especiais e assistência técnica. Na mesma assembleia, a Ministra das Finanças reviu o portefólio de Projectos com Novo Presidente do BADEA.

A Assembleia Geral Anual do TDB culminou com a eleição do novo Presidente do Conselho de Governadores do Grupo TDB, Uzziel Ndagijimana, Ministro das Finanças e do Planeamento Ecomico de Ruanda.



DESTAQUE

Em Reunião Nacional de Planificação

Salim Valá Considera o MPD como uma espécie de “tanque de pensamento estratégico sobre planificação e desenvolvimento”



Teve lugar, recentemente, em Maputo Província, a Reunião Nacional de Planificação que tem em vista assegurar a harmonização dos instrumentos de planificação e orçamentação para responderem de forma eficaz aos desafios, anseios e aspirações que hoje em dia, a população moçambicana enfrenta nos seus distintos territórios, anseios esses plasmados no Programa Quinquenal do Governo (2025-2029).

Na sessão de abertura do evento, o Ministro da Planificação e Desenvolvimento, Salim Valá, disse que a sua instituição procura afirmar-se como uma espécie de “tanque de pensamento estratégico sobre



planificação e desenvolvimento” devendo no entanto, conseguir “enxergar o que está por trás da montanha”, fortalecer a capacidade de previsão e de antecipação, ser o centro de análise, debate e que possa contribuir para delinear trajectórias de desenvolvimento mais promissoras, mantendo uma interacção permanente com as várias forças da sociedade, em particular as Universidades e Centros de Pesquisa.

O titular da planificação e desenvolvimento afirmou que ao fazer-se o exercício de planificação para 2026 há necessidade de ter em conta que o crescimento global mantém-se moderado e com elevados riscos e incertezas.

Nos últimos três anos (2022-2024), registámos sinais de recuperação da economia nacional, embora a crescer de forma moderada e abaixo do seu potencial, muito influenciada pelo peso da agricultura e da indústria extractiva, portanto ainda muito dominada pelo sector primário. Nesse período, o PIB cresceu 4,03%, e as previsões para 2025 apontam para um crescimento de 2,9%.

A taxa de inflação, no mesmo período, situou-se em torno de 6,9%, graças a uma gestão prudente da política monetária e fiscal. A taxa de câmbio tem-se mantido estável, na banda de 63,88 MT/USD, frisou o dirigente.

O Secretário do Estado do Tesouro e Orçamento, Amílcar Tivane, intervindo na ocasião, frisou, a necessidade de uso da abordagem programática orientada para resultados visando o alcance dos objectivos previamente definidos no que se refere à previsão de receitas e estimativas de despesas para a programação das acções do governo, auxiliando o executivo na tomada de decisões.

É neste sentido que torna-se imperioso harmonizar e coordenar a metodologia de planificação e orçamentação a todos os níveis de governação, bem como a definição de prioridades de forma harmonizada. Para o sucesso deste propósito é importante o cometimento e a coordenação de todos os intervenientes de forma colaborativa, assegurou.

No seu entender, na qualidade de anfitrião do evento, o representante do Secretário de Estado na Província de Maputo, disse que a reflexão que sairá do encontro irá trazer valor ao alinhamento metodológico dos instrumentos de

planificação e orçamentação ao nível local, tendo em conta que *nos permitirão obter a visão dos instrumentos orientadores para os próximos anos com vista a consolidar a planificação e monitoria dos programas de desenvolvimento até ao nível dos postos Administrativos e localidades.*

Inclusão financeira em Moçambique

Carla Loveira Inaugura Primeira Agência do Microbanco Sólido S.A em Maputo



A Ministra das Finanças, procedeu, recentemente, na cidade de Maputo com a inauguração da primeira agência do Microbanco Sólido S.A, marcando assim o início das suas operações no País.

A estratégia do banco visa reduzir a burocracia, facilitando a formalização dos empreendedores informais.

Na sua intervenção, Carla Loveira, saudou a nova iniciativa do sector financeiro em Moçambique que se alinha com os objectivos do governo de aproximar os serviços financeiros à população.

Com a inauguração desta infraestrutura, Moçambique passa a contar com um total de 73 micro-



bancos, sendo 13 localizados na cidade de Maputo e 18 na província de Maputo, a criação deste microbanco pretende facilitar o acesso a produtos financeiros que sejam adequados às necessidades dos cidadãos com menos oportunidades no sistema bancário formal, notamos o compromisso da instituição com a inclusão da população de baixa renda.

Para a titular das finanças, o sector informal, carece de literacia financeira e representa uma oportunidade significativa, pois movimenta consideráveis quantias de dinheiro, então, o banco vai permitir que esta camada social, possa ter maior conhecimento em relação

aos benefícios de ter acesso à banca formal e de utilizar produtos financeiros convencionais. É nosso desejo ver a expansão dos serviços do banco para outras regiões do país, de modo a que possa abranger mais moçambicanos que necessitam destes serviços, exortou a ministra.

No seu entender, o director executivo do Microbanco, Jerson Tembe, disse que a sua instituição vai apoiar o sector informal, com enfoque particular na juventude. “Prendemos ajudar aqueles que, apesar de movimentarem dinheiro, ainda não têm acesso a crédito ou financiamento”.





Ministra das Finanças Procede ao encerramento da Mesa Redonda de Alto nível sobre Soluções Inovadoras para Acelerar o Desenvolvimento Sustentável



Sob o lema *Forjando um Novo Paradigma Africano de Financiamento do Desenvolvimento através da Inovação e parcerias num ambiente global em evolução*, realizou-se a Mesa Redonda de Alto Nível, um diálogo entre Representantes de Instituições Financeiras, Fundos de Pensões, e Instituições Políticas, com diferentes objectivos, entre os quais, diagnosticar os actuais riscos, lacunas e oportunidades na economia dos países africanos ; Facilitar o diálogo entre as instituições africanas e os intervenientes financeiros globais e Gerar recomendações práticas para fortalecer o financiamento do desenvolvimento numa era multi-polar.

Na reunião, a Ministra das Finanças, na qualidade de Presidente do Grupo TDB, procedeu ao encerramento da Mesa Redonda tendo destacado a necessidade de acelerar reformas no sistema financeiro internacional que melhorem o perfil de risco da região e atraiam capital com condições mais justas e previsíveis, sobretudo para micro, pequenas e médias empresas que são o motor do comércio intra-africano.

Carla Loveira, falou também da necessidade de estabelecer parcerias mais equilibradas entre bancos comerciais, agências de crédito e instituições africanas de desenvolvimento, condição sine qua non para romper a dependência exce-

ssiva de financiamento externo condicionado.

A Presidente do Grupo TDB conclui agradecendo as contribuições colhidas durante o encontro fazendo votos para que a mesa redonda fosse apenas o início de uma colaboração contínua para construir uma África inovadora, resiliente e sustentável.

Leia mais em:
WWW.MF.GOV.MZ



IGF e CONACI Promovem Seminário sobre Auditoria Baseada em Risco



Organizado em estreita colaboração com o Projecto de Gestão de Recursos Públicos e Prestação de Serviços (GEPRES), a Inspeção Geral de Finanças (IGF), realiza de 29 de Julho a 01 de Agosto, na província de Maputo, o Seminário sobre auditoria baseada em risco. Enquadrado na cooperação internacional para o fortalecimento da auditoria interna, o evento tem apoio técnico de especialistas do Conselho Nacional de Controlo Interno (CONACI) do Brasil.

Para além da equipa do CONACI, o encontro junta Inspectores Gerais e diferentes quadros responsáveis pelos sectores inspectivos incluindo órgãos descentralizados do Estado. Intervindo na sessão de abertura, o Director dos Serviços de Planificação, Coordenação e Supervisão no IGF, David Mandava, saudou o apoio dos especialistas do CONACI, afirmando que a sua presença é uma oportunidade ímpar para os auditores internos do Estado moçambicano adquirirem conhecimentos de modelos modernos de auditoria baseada em risco.

“É com profundo sentido e honra que recebemos hoje, nesta importante reunião, que na verdade é capacitação e formação sobre a auditoria interna, focado na auditoria baseada no risco, este evento que conta com valiosa presença e conhecimento dos nossos irmãos do Brasil, representa um marco significativo no fortalecimento das nossas capacidades em matérias de controlo e transparência na gestão da coisa pública, manifestou o dirigente”.

Mandava, esclareceu que para a materialização deste seminário, só foi possível com assinatura do

acordo de cooperação técnica-académica entre a Associação Geral de Finanças e o Conselho Nacional de Auditoria Interno do Brasil, em 2023.

O dirigente alertou aos auditores que Moçambique, tem muito a aprender olhando para a experiência brasileira nesta área e *tenho certeza de que esta partilha será mutuamente enriquecedora. Aos colegas auditores, que estão na linha de frente na defesa da integridade e da eficiência do nosso sistema de organização financeira do Estado, juntos, podemos avançar*, finalizou.



Por sua vez o Vice-Presidente do CONACI, Luís Rocha, saudou a iniciativa enaltecendo o papel do Banco Mundial, na ampliação das acções institucionais e promoção de uma cooperação técnica robusta, tendo como finalidade o aprimoramento dentre outras atribuições por meio do desenvolvimento de projectos de capacitação.

Rocha alertou sobre a necessidade da criação de uma base para uma auditoria integrada em Moçambique, tomando como exemplo o CONACI que surgiu como uma iniciativa para fortalecer a actuação dos órgãos de controle interno no Brasil.

“O objectivo da sua criação foi promover a harmonização de práticas e mecanismos de governança pública, buscando a excelência na gestão e na administração pública.

O CONACI actua como um fórum de discussão e cooperação entre os órgãos de controle interno, facilitando o intercâmbio de experiências e a disseminação de boas práticas” elucidou.

MF em Prontidão na Gestão de Riscos Fiscais Climáticos com Apoio de Especialistas Internacionais



Teve lugar nesta quinta-feira, 03.07, uma sessão de capacitação técnica sobre o desenvolvimento do modelo de riscos fiscais climáticos, uma iniciativa coordenada pelo Ministério das Finanças (MF), através da Direcção de Gestão do Risco, com o apoio de especialistas do Banco Mundial e da consultora internacional *Francis Maude Associates (FMA)*.

A formação juntou técnicos do MF, do Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD), do Instituto Nacional de Meteorologia (INAM) e do Instituto de Gestão e Redução do Risco de Calamidades (INGD), com o objectivo de aprofundar a análise técnica e validar os parâmetros do modelo que permitirá avaliar os impactos fiscais das alterações climáticas,

igualmente, promoverá uma linguagem técnica comum entre os sectores e consolidar uma resposta fiscal mais previsível e fundamentada às ameaças decorrentes das mudanças climáticas.

Na abertura do evento, a Directora de Gestão do Risco, Nazira Dista, alertou sobre o crescente impacto dos fenómenos climáticos extremos como secas, inundações, ciclones e ondas de calor que afectam o orçamento público.

Segundo a responsável, tais eventos têm gerado pressões significativas sobre a despesa pública, exigindo respostas rápidas, dispendiosas e muitas vezes imprevisíveis. Acrescentou ainda que os riscos climáticos afectam tanto a arrecadação de

receitas, com a queda da actividade económica e agrícola, quanto o aumento da despesa, através de investimentos em infraestruturas, apoio humanitário e programas de protecção social.



Durante os trabalhos, foram apresentados dados empíricos e projecções macroeconómicas que demonstram como os choques climáticos têm minado a estabilidade fiscal e a resiliência da economia nacional. *O modelo em desenvolvimento permitirá quantificar esses efeitos e apoiar tecnicamente a integração dos riscos climáticos nos processos de planificação fiscal e orçamentação de médio prazo, incluindo estimativas sobre o impacto no saldo orçamental e na trajectória da dívida pública.*

Desta garantiu que a iniciativa representa um passo importante rumo a uma governação fiscal mais robusta e resiliente. *A participação de múltiplas instituições demonstra o carácter transversal do desafio climático e reforça a necessidade de coordenação interinstitucional, concluiu.*



DNP partilha instrumentos de planificação



Sob orientação da Secretária Permanente do MPD, Isabel Sumar, a Direcção Nacional de Planificação fez a apresentação, debate e reflexão em torno dos diferentes temas dos sectores envolvidos na elaboração dos instrumentos de planificação no seu todo.

Coube a Direcção Nacional de Políticas Económicas e Desenvolvimento (DNPED) dar o ponta pé de saída fazendo a apresentação sobre o Contexto Económico do País, desafios e perspectivas dando ênfase à dinâmica sectorial.

Na sua apresentação, a chefe de Departamento de coordenação de Políticas e Estratégias Sectoriais, Dina Guambe, disse que nos últimos anos, o crescimento do PIB real é fortemente influenciado pelo sector extractivo e frisou que há necessidade de diversificar a economia para reduzir a dependência do gás.

Guambe destacou igualmente que, no I Trimestre de 2025, o desempenho do sector da indústria extractiva registou um crescimento positivo na ordem de 8,0% (acima da meta PESOE de 5,4%), e um crescimento negativo da indústria transformadora de (-14,8%), com implicações na planificação, podendo acarretar uma reorientação para a diversificação, resiliência e ajustes no PESOE e PQG.



Guambe destacou que o saldo fiscal piorou ao longo do tempo apontando um crescimento negativo de -4,6% (2018) para -7,8% (2024) resultando na compressão forçada de despesas essenciais, no espaço fiscal muito limitado e pressão elevada sobre serviços públicos e investimentos.

Sublinhou também ser crucial a mobilização de receitas internas e melhorar a qualidade do gasto, bem como reforçar a coordenação entre políticas fiscais, sectoriais e territoriais para alinhar com a ENDE.

O PQG Visa Acelerar o Crescimento Económico Inclusivo e Sustentável, com Foco na Diversificação da Economia - Noémia Utxavo



Na voz da chefe de Repartição, Noémia Utxavo, a DNP fez a apresentação do Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2025-2029, onde frisou que o PQG é um instrumento estratégico que define as prioridades do Governo e orienta a alocação estratégica de recursos públicos, tendo como referência a ENDE 2025-2044.

Para Utxavo, o documento visa acelerar o crescimento económico inclusivo e sustentável, com foco na diversificação da economia, criação de empregos, modernização de infra-estruturas e gestão racional dos recursos naturais, visando a redução da pobreza e das desigualdades sociais e espaciais e a independência económica do País.

Para o alcance integral deste desiderato, existem os cinco pilares estratégicos da ENDE e as suas intervenções estão assentes aos

domínios económicos e social, com implementação faseada, orientada para resultados, operacionalizada anualmente através do PESOE, referiu.

A fonte acrescentou que na primeira fase (2025-2026), considerada de estabilização socio-económica, os investimentos serão direccionados para infra-estruturas de apoio a produção, logística e sociais (transporte/logística, digitalização, estradas/pontes, ferrovias e portos, sectores produtivos, como são os casos de educação e saúde) e na

segunda fase que corresponde aos anos 2027-2029, a aplicação dos investimentos destinam-se aos sectores produtivos, infra-estruturas e ambiente de negócio, esperando-se a expansão e melhoria na qualidade de vida da população.

Leia mais em:
WWW.MF.GOV.MZ



É Fundamental Partilhar de Forma Antecipada a Informação dos Instrumentos de Monitoria com a Unidade de Supervisão - Nereno Jussar



Por seu turno, a Direcção Nacional de Monitoria e Avaliação (DNMA) seguiu com a apresentação das orientações para a monitoria e avaliação, feita pelo técnico afecto àquela direcção Nereno Jussar, tendo falado de metodologias que orientam de forma uniformizada os órgãos e instituições do Estado, no processo da elaboração do instrumento de monitoria, conteúdos e procedimentos considerados cruciais para um melhor alinhamento e harmonização do Balanço do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (BdPESOE).

Durante a sua apresentação, no que tange à estrutura do BdPESOE, Jussar, apelou aos participantes sobre a necessidade de partilha de informação de forma antecipada com a Unidade de Supervisão.

Ademais, exortou sobre a necessidade de classificar os indicadores na base do código de cores em vigor para a avaliação e desempenho, facilitando forma, o processo de elaboração dos planos subsequentes contribuindo para a melhoria do subsistema de planificação e orçamentação.

A fonte que por sinal era aniversariante do dia, destacou a necessidade de fazer-se menção às causas que levaram ao incumprimento e ou a um grau de realização acima do programado. É importante e é imprescindível fazer-se a monitoria por esta ser considerada um mecanismo de prestação de contas, pois, auxilia na identificação dos desvios entre outros aspectos, afirmou.



Márcia Chelengo Fala dos Contornos em Volta do CFMP 2026-2028



A apresentação sobre o Cenário Fiscal do Médio Prazo (CFMP) 2026-2028, esteve a cargo da Márcia Chelengo, técnica afectada à DNPED, que falou sobre o instrumento tendo afirmado que estabelece os limites de despesa e receita que orientam a formulação do PESOE 2026, assegurando a sustentabilidade fiscal e coerência com o PQG e a ENDE. O CFMP inicia a implementação da abordagem programática do PQG, introduzindo limites indicativos por pilares, programas e níveis de governação, anotou Chelengo.

A fonte fez menção às constatações que constituíram destaque no documento, tendo se debruçado em volta da necessidade de aprimorar análises do impacto das medidas de consolidação fiscal e a necessidade de articulação com o meio empresarial para buscar reflexões sobre os caminhos para reanimar a actividade económica.

No que concerne à taxa de crescimento da economia, Chelengo esclareceu que a mesma tem implicações na projecção da receita e outros agregados macrofiscais, contudo, há necessidade de trazer o CFMP mais próximo à realidade dos limites indicativos e da capacidade dos sectores arrecadarem receita, da necessidade de aproximação aos sectores para aprecia-

ção do CFMP antes da submissão para efeitos de aprovação.

Realçou ainda que a aprovação do documento não limita a contribuição de pressupostos que possam conter o défice fiscal, pois a aprovação deste instrumento marca o início do ciclo de planificação do PESOE, anotou.



Márcio Gonzaga Fala do Guião Único de Orientações Metodológicas para Elaboração do PESOE 2026



Intervindo na reunião, chegou a vez do Márcio Gonzaga, técnico também afecto à DNP debruçar-se em volta do Guião Único de Orientações Metodológicas para a elaboração do PESOE 2026.

Na sua apresentação fez saber sobre o processo da elaboração e dos desafios dos quais destacou a necessidade de manter as ambições do desenvolvimento dentro do espaço fiscal disponível, aprimoramento dos instrumentos de medição de desempenho, monitoria e avaliação, alcance da independência económica, transparência e mecanismo de coordenação.

Igualmente fez menção à importância de garantir a integração dos indicadores de assuntos transversais (em especial ao género e mudanças climáticas).



AT e CTA Reafirmam Compromisso em Cooperação Interinstitucional



A Autoridade Tributária de Moçambique (AT) e a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) mostraram total abertura para cooperação interinstitucional cada vez mais profícua, através de um reforço de diálogo em prol da comodidade do contribuinte e de uma economia sustentável.

A informação foi partilhada pelos Presidentes da AT e do CTA, Aníbal Mbalango e Álvaro Massinga, no encontro de cortesia havida na manhã desta Sexta-feira (04), no Edifício-sede da AT.

O Presidente da AT partilhou com a CTA a meta fixada para o presente ano, cerca de 385.8 Mil Milhões de Meticais, e que, segundo o dirigente, para que a mesma seja alcançada conta com a colaboração da

CTA e dos seus membros para o cumprimento escrupuloso da legislação tributária e dos seus procedimentos.

Portanto, “este encontro é oportuno e relevante para aprofundar o diálogo entre as partes, tendo presente, entre vários aspectos, a premente modernização da administração tributária e o asseguramento da comodidade do contribuinte”.

O Presidente da CTA, agradeceu a abertura da AT e afirmou que o encontro representa uma oportunidade estratégica para a agremiação manifestar a sua disponibilidade para debater a política e reforma tributária.

Leia mais em:
WWW.MF.GOV.MZ



No âmbito do rastreio do selo do controlo fiscal

Funcionários da DGA Formados em Uso do Sistema *Insight*



Com vista a capacitar todos os funcionários ligados, tanto ao controlo como à fiscalização aduaneira, teve lugar recentemente, no edifício sede da AT, uma formação relativa ao uso do sistema *Insight* no rastreio do selo de controlo fiscal.

Segundo o Coordenador da Unidade de Selagem de Bebidas Alcoólicas e Tabaco Manufacturado, Miguel Nhane, esta acção surge no âmbito do aprimoramento tecnológico do programa que resultou na introdução da nova geração de selos de controlo fiscal, incluindo o digital, e a adopção do telemóvel como principal instrumento de verificação e rastreio do selo.

Realçou que foram distribuídos 63 telemóveis pelas equipas de controlo e fiscalização por todo o país, equipados com dispositivos de verificação e rastreio do selo, daí a necessidade de capacitação no uso desta nova ferramenta por parte dos funcionários que lidam directamente com a matéria em alusão.

A ocasião serviu também para alertar aos participantes da necessidade de aprofundarem a sua intervenção no desempenho das suas actividades, dado que, situações há em que aparecem selos no mercado cuja respectiva mercadoria não tenha sido importada, o que segundo o coordenador, com uma fiscali-

zação eficaz essas situações podem ser detectadas e responsabilizados os prevaricadores.

De referir que, a formação teve a duração de dois dias, por forma a abranger o maior número possível de funcionários, sem comprometer o curso normal do trabalho.





Visita de Monitoria ao Distrito de Massingir

Romana Baulane Inteira-se do Estágio das Obras do Centro de Saúde da Década da Victória



No dia 30 de Junho de 2025, a Directora do Serviço Provincial da Economia e Finanças de Gaza (SPEFG), Romana Adriano José Martins Baulane, acompanhada pelo Director do Serviço Provincial de Infraestruturas, Jacob Matusse, visitou o distrito de Massingir, no âmbito da monitoria das obras de construção do Centro de Saúde da Década da Victória, financiado pelo programa Local Climate Adaptive Living Facility (LoCAL).

As obras da construção acima citada estão concluídas, trata-se de uma infra-estrutura composta por um bloco de atendimento, maternidade e casa para o enfermeiro.

Para dar início ao funcionamento, está condicionada à construção de infra-estruturas complementares, os sanitários, fonte de água e energia, que terão início ainda este ano, com orçamento garantido.

Durante a audiência, os Directores interagiram com o Administrador do Distrito de Massingir, Sérgio António Costa sobre as políticas, sucessos e desafios do LoCAL neste distrito, onde também foi apelada a necessidade de participação pública na identificação de possíveis projectos a serem finan-

ciados pelo LoCAL, através do Conselho Consultivo do Distrito, antecedido de estudo de viabilidade apurado dos projectos a executar, para garantir sucesso.

Leia mais em:
WWW.MF.GOV.MZ





Província de Tete Regista Crescimento a Preços Constantes na Produção Global de 6.6% - considera Domingos Viola



O dado foi tornado público nesta terça-feira (17), na Cidade de Tete, durante a XX Sessão Plenária do Observatório de Desenvolvimento, organizado pela Direcção Provincial do Plano e Finanças sob a orientação do Governador da Província, Domingos Viola.

Na ocasião, Viola, fez saber que o Órgão de Governação Descentralizada Provincial registou um crescimento a preços constantes na produção global de 6.6% dos 3.1% para 2024 contra 6.5% de igual período de 2023 e contribuíram para o referido crescimento os ramos de actividades da indústria transformadora com 4.5%, transporte e comunicações com 1.5%, electricidade e água 0.9%, pescas, aquacultura e actividades relacionadas com 0.8%.

Num outro desenvolvimento, o dirigente, reafirmou o compromisso de articular com todas as forças vivas da sociedade na execução de acções que contribuem para o desenvolvimento da Província, como por exemplo a perspectiva para a construção de 370 salas de aulas no presente ano para os ensinos primários e secundários na Província, bem como a construção de 6 centros de saúde, furos de abastecimento de água, entre outras infraestruturas.

ciados pelo LoCAL, através do Conselho Consultivo do Distrito, antecedido de estudo de viabilidade apurado dos projectos a executar, para garantir sucesso.

Na ocasião, Viola, fez saber que o Órgão de Governação Descentralizada Provincial registou um crescimento a preços constantes na produção global de 6.6% dos 3.1%





Angónia Acolhe as Cerimônias Provinciais de Comemoração do Dia Mundial da População



Sob o lema, Equilibrando o crescimento da população com o desenvolvimento inclusivo e sustentável, foram celebradas as cerimónias do Dia Mundial da População no Distrito de Angónia, em Tete, nesta sexta-feira (11-07-2025), orientadas pelo Governador da Província de Tete, Domingos Viola, acompanhado pela Directora Provincial do Plano e Finanças de Tete, Paula Corda e Técnicos da Direcção Provincial da Economia e Finanças.

Na sua intervenção, Carlos Matimbe, o Administrador do Distrito, na qualidade de anfitrião do evento, saudou o facto de o seu distrito, acolher o evento, destacando que o distrito possui a maior densidade populacional da província. *Desta forma, saúdo a população local, especialmente os irmãos do bairro Nsendeza, pela hospitalidade e*

prontidão que demonstram para que esta efeméride saia tal como desejamos, podemos notar neste distrito que apesar das adversidades climáticas e agrícolas, continuam firmes na produção de diferentes produtos agrícolas para o sustento das famílias, isso é positivo, enfatizou o dirigente.

Por fim, Matimbe, sublinhou que é fundamental o comprometimento do povo com um futuro próspero, inclusivo e sustentável. Por isso, vamos desfrutar das potencialidades da “Terra dos Ngonis”, por sinal, Angónia é o celeiro da Província de Tete.



Nampula em Consulta Pública Crucial sobre Financiamento Climático



A Província de Nampula, é hoje (17.07) palco de uma importante Reunião de Consulta Pública focada em matérias ligadas ao financiamento climático.

O evento, que acontece no New Hotel, visa garantir uma abordagem participativa e inclusiva na elaboração da Estratégia Nacional de Financiamento Climático (ENFC).

O Director do Serviço Provincial da Economia e Finanças, Graciano Francisco, no seu discurso de abertura, destacou ser um momento "necessário e oportuno" acolher o evento naquele local.

A reunião conta com a presença de diversos actores, incluindo representantes de serviços e direcções

provinciais, do sector privado, de organizações da sociedade civil, de parceiros de desenvolvimento e de instituições académicas.

A ENFC busca assegurar que o financiamento climático seja acesado e utilizado de forma coordenada, transparente e alinhada com os compromissos do país.

Mais do que um documento técnico, a ENFC representa um compromisso político com a integração transversal das questões climáticas nas políticas públicas e sectoriais, e

constitui uma resposta às fragilidades identificadas nos domínios da coordenação, mobilização e gestão de recursos para o clima, sublinhou o Director.

Espera-se que, ao final do evento, sejam identificadas oportunidades de colaboração entre as partes interessadas, acções a serem desenvolvidas a nível local, e que sejam validadas propostas de acções estratégicas, indicadores e mecanismos de implementação da estratégia.

Além disso, a consulta pública visa recolher informações relevantes para aprimorar a versão final da ENFC.

A Reunião de Consulta Pública foi oficialmente declarada aberta, com a expectativa de que as contribuições de todos os participantes possam trazer sucesso na Estratégia Nacional de Financiamento Climático.

FICHA TÉCNICA

Gabinete de Comunicação e Imagem DISP.REGº/GABINFO-DEC/2009

Director

Alfredo Mutombene

Edição e Desenho Gráfico

Emílio Fuel
Lucrécia Nhabomba
BOOST MEDIA, S.A

Redacção

Lucrécia Nhabomba
Emílio Fuel
Felisberto Matsinhe

Revisão

Messias Sofrinho

Fotografia

Emílio Fuel
Jaime Guibango

Colaboradores

Domingos Chapungo (ISSM), Calima, Francisca e Maraneja (IGF), Nelsa (C. Maputo), Euclides Matavata e Janeth Laice (CEDSIF), Fenias Zimba (AT), Paula Bila e A. Nhabanga (BVM), Benjamim Portugal e Ângela E. Santo (AdZ), Mateus Matine (MARP), Ussene Bay (Gaza), Naftal (Inhambane), Lifitério (Sofala), Bento Lulú (Manica), Zainuro Mussa (Zambézia), Gonçalo e Rocha (Tete), Benedito Sabonete (Nampula), A. Mendonça (Cabo-Delgado), Benessone Bonomar (Niassa)

Av.10 de Novembro, Caixa Postal Nº 272
Tlf: +258 (21) 327494 Fax: +258 (21) 315067
Maputo - Moçambique Website: www.mf.gov.mz